

DESMONTE DA POLÍTICA PÚBLICA DO PROCAMPO: A LEDOC EM MEIO À RECONFIGURAÇÃO NEOLIBERAL DO ESTADO

Sara Jane Alvares Oliveira¹
Danielle Nayra de Moraes²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar como a lógica neoliberal do Estado brasileiro tem influenciado a desestruturação da política do PROCAMPO e seus reflexos na Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), nos quatro campus da Universidade Federal do Piauí (UFPI). A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, por meio de revisão de literatura e análise documental, com foco nos convênios e contratos firmados entre a UFPI e a FADEX. Fundamentamos nossos estudos em autores como Caldart (2015); Molina e Lima (2025); Batista e Silva (2024) e outros, que destacam os fundamentos históricos e pedagógicos da Educação do Campo e da LEdoC. Já a discussão sobre os impactos do neoliberalismo na política do PROCAMPO se baseia em Dardot e Laval (2016), Arroyo (2023), Laurell (2008), Mészáros (2007), entre outros. A análise revela um cenário de desmonte das LEdoCs no Piauí, marcado por cortes orçamentários, descontinuidade administrativa e ausência de renovação contratual. Os contratos firmados em 2015 e 2016 para os quatro polos da LEdoC foram encerrados até 2022, sem novas prorrogações. Esses elementos evidenciam o impacto direto das reformas neoliberais na sustentabilidade e continuidade dessa política pública voltada à formação docente para o campo. Conclui-se que a desestruturação da LEdoC se insere em um processo mais amplo de retração do Estado no campo das políticas sociais e representa uma ameaça à formação crítica e contextualizada de professores para as escolas do campo.

Palavras-chave: Educação do Campo; LEdoC; Políticas Públicas; Neoliberalismo; Estado Capitalista.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades rurais, e as Licenciaturas específicas são fundamentais para a formação de professores aptos a atuarem nesse contexto. A identificação e análise dos fatores que levam à desestruturação desses cursos no Piauí são essenciais para a proposição de estratégias que visem o fortalecimento e a sustentabilidade dessas iniciativas formativas, garantindo o acesso a uma educação de qualidade para os sujeitos do campo.

¹ Mestranda em educação da Universidade Federal do Piauí - UFPI, sara.janeoliveira@hotmail.com;

² Mestranda em educação da Universidade Federal do Piauí - UFPI, dannymorais1996@gmail.com;

Ao discorrer sobre a necessidade de uma educação de qualidade para as populações rurais, Caldart (2002, p. 18) enfatiza que um dos pilares fundamentais reside na “luta do povo do campo por políticas públicas que garantam seu direito à educação, e uma educação que seja no e do campo”. A autora argumenta que uma parcela significativa da população brasileira vive e trabalha no campo, possuindo realidades singulares que clamam pela atenção dos órgãos públicos, por políticas eficientes e por garantias educacionais específicas para quilombolas, ribeirinhos, indígenas, assentados e outros grupos.

A necessidade dos cursos de licenciatura em educação do campo surge como uma etapa importante para a qualificação e formação continuada dos professores que atuam nas escolas básicas do campo. Nesse contexto, essas licenciaturas se tornam espaços estratégicos para os camponeses, contribuindo diretamente no fortalecimento da luta pelo direito à terra e ao território. Além disso, elas desempenham um papel central na reafirmação da importância da escola básica para o desenvolvimento das comunidades rurais (Batista e Silva, 2024).

A criação do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), foi conquistada como resultado de uma intensa reivindicação dos trabalhadores rurais, que já pautavam a necessidade de um sistema específico de formação de educadores, desde a realização da II Conferência Nacional de Educação do Campo realizada em 2004 (Molina, 2017). Contudo, observa-se um processo progressivo de desmonte dessa política, especialmente no que se refere ao financiamento das Licenciaturas em Educação do Campo (LEdoCs). A desestruturação dos convênios e contratos que sustentam sua operacionalização nas universidades públicas, somada aos cortes orçamentários, à descontinuidade administrativa e à desvalorização política das pautas do campo, tem comprometido o funcionamento regular dos cursos e ameaçado sua continuidade.

Este artigo tem como objetivo analisar como a lógica neoliberal do Estado tem influenciado a desestruturação da política do PROCAMPO e seus reflexos na LEdoC, nos quatro campus do Piauí. A partir de uma abordagem qualitativa, revisão de literatura e por meio de uma pesquisa documental, discutimos as transformações na política pública do PROCAMPO e os efeitos das reformas estatais de austeridade fiscal nas LEdoCs do Piauí.

METODOLOGIA

Para compreender a origem e a implementação da Educação do Campo e da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), fundamentamos nossos estudos em autores que tratam da construção histórica dessas políticas e de seus fundamentos pedagógicos, tais como: Caldart

(2002; 2013; 2015); Batista e Silva (2024); Molina (2015; 2017); Molina; Lima (2025), entre outros. Para discutir os efeitos do neoliberalismo sobre o PROCAMPO e a LEdoC, recorreremos a aportes teóricos que analisam a reconfiguração do Estado e o enfraquecimento das políticas sociais, a partir das ideias de: Dardot e Laval (2016); Laurell (2008); Negrão (2004); Gentili (1996); Mészáros (2007); Arroyo (2023), entre outros. A partir da análise de documentos institucionais, como convênios e contratos firmados entre a Universidade Federal do Piauí (UFPI) e a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (FADEX), examinamos o processo de desestruturação da LEdoC no estado do Piauí, orientados pela seguinte indagação: Como a reconfiguração neoliberal do Estado tem impactado a sustentabilidade e a continuidade da LEdoC enquanto política pública voltada à formação docente dos povos do campo?

REFERENCIAL TEÓRICO

A Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) constitui-se como uma conquista histórica dos movimentos sociais do campo, especialmente dos sujeitos organizados em torno da luta pela terra, pela educação e pela dignidade no meio rural. Esse movimento culminou na criação de políticas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que forneceu base teórica e prática à construção dos Projetos Político-Pedagógicos das LEdoCs, afirmando o compromisso com a mudança da escola rural para a escola do campo, além de apoiar a territorialização do campesinato (Molina e Lima, 2024). Assim, as LEdoC se consolidam como uma proposta de formação docente voltada aos sujeitos do campo, tendo como princípio a alternância entre o Tempo Universidade (TU) e o Tempo Comunidade (TC), articulando teoria e prática em uma dinâmica própria à realidade camponesa (Molina e Lima, 2024).

A origem dessa política formativa remonta ao PROCAMPO, uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) impulsionada pelas demandas apresentadas pelo Movimento da Educação do Campo. Desde a primeira Conferência Nacional por Uma Educação Básica do Campo, em 1998, a pauta por uma política pública específica para a formação de educadores do campo foi assumida como prioridade, sendo reafirmada na II Conferência Nacional, em 2004, sob o lema “Por Um Sistema Público de Educação do Campo” (Molina, 2015).

Teve início com quatro experiências-piloto desenvolvidas por universidades indicadas pelos movimentos sociais: UFMG, UnB, UFBA e UFS (Molina, 2015). Posteriormente, foi

ampliado por meio de editais MEC (BRASIL, 2008, 2009, 2012), buscando garantir o acesso dos sujeitos do campo à formação superior.

No Piauí, a expansão do PROCAMPO se concretiza com a implantação da Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Piauí (UFPI), nos campus de Bom Jesus, Teresina Picos e Floriano, a partir do REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, com a primeira turma iniciando em 2014. Esse curso veio preencher uma lacuna na formação humana e social da região, onde predominavam cursos voltados às ciências agrárias e às demandas do agronegócio (Molina e Lima, 2024).

Neste sentido Molina destaca que:

Essas Licenciaturas têm uma marca constitutiva fundamental, que é o fato de já terem sido projetadas assumindo uma posição de classe, rompendo tradicionais paradigmas que afirmam a possibilidade da neutralidade da produção do conhecimento científico e das políticas educacionais. As LEdoCs são planejadas considerando-se a luta de classes no campo brasileiro e colocando-se como parte e ao lado do polo do trabalho, assumindo e defendendo a educação como um direito e um bem público e social. (Molina, 2017, p. 590)

As Licenciaturas em Educação do Campo (LEdoCs) têm como objetivo formar professores por áreas do conhecimento para atuarem, de forma interdisciplinar, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, especialmente em escolas do campo (Molina e Hage, 2022). Além da atuação em sala de aula, essa formação também prepara os educadores para exercerem funções de gestão em processos educativos escolares e comunitários. As lutas dos movimentos sociais defendem uma formação humana integral, ligada a um projeto de sociedade com justiça social, onde o campo seja valorizado e reconhecido (Molina e Antunes, 2014). Com isso, a Educação do Campo se constrói como uma alternativa crítica ao modelo tradicional de educação rural, propondo uma prática educativa nova, enraizada no pensamento camponês e nas reais necessidades das comunidades (Caldart, 2013).

A criação das LEdoCs no Piauí, especialmente na UFPI, marca um momento importante na formação de professores para o campo, reafirmando o compromisso com uma educação pública, contextualizada e socialmente referenciada, fruto da luta e resistência dos sujeitos do campo por seus direitos. No entanto, essa política de formação, mesmo sendo resultado de intensa mobilização social, enfrenta atualmente grandes desafios para se manter. Apesar de representar um avanço no fortalecimento da Educação do Campo, a LEdoC passa por um processo de desmonte que compromete sua estrutura financeira e pedagógica. Essa fragilidade

ameaça não só a concretização da proposta formativa, mas também o acesso e a permanência dos estudantes do campo na universidade.

Molina (2015) destaca a necessidade de aprimoramento das políticas públicas, ressaltando a importância de um aumento significativo nos recursos disponíveis para sua implementação. Ela aponta que a disputa interna dentro do Estado pela alocação desses recursos se intensifica em um contexto de crise estrutural do capitalismo, onde grandes conglomerados empresariais estão buscando apropriar-se dos fundos públicos para garantir a manutenção de suas taxas de lucro. Essa competição pelo controle dos recursos públicos representa uma das principais contradições enfrentadas na implementação das políticas públicas.

Nesta perspectiva, o neoliberalismo visa minimizar os direitos sociais e políticos da maioria da população, enfraquecendo os instrumentos coletivos e privilegiando os interesses do mercado. Assim, o neoliberalismo busca uma sociedade na qual a competição individual seja o eixo organizador das relações sociais, promovendo uma democracia liberal que não leva em conta as desigualdades estruturais e não favorece a justiça social (Laurell, 2008).

Para os neoliberais, os problemas da sociedade devem ser tratados com base no princípio individualista, onde a responsabilidade do sucesso ou fracasso recai sobre o indivíduo (Dardot e Laval, 2016). Essa visão empresarial invade até mesmo a educação, transformando-a em mercadoria. Para Gentili, na visão neoliberal “a escola funciona mal porque as pessoas não reconhecem o valor do conhecimento; os professores trabalham pouco e não se atualizam, são preguiçosos; os alunos fingem que estudam quando, na realidade, perdem tempo, etc”. (Gentili, 1996, p.7), reforçando a ideia de que o sucesso ou fracasso educacional é atribuído à falha individual.

No contexto da Educação do Campo, a adoção de políticas neoliberais tem impactado diretamente o acesso e a permanência dos povos do campo no ensino superior, especialmente na Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC). Este curso é uma das principais formas de resistência ao paradigma neoliberal, pois visa não só garantir o direito à educação aos camponeses, mas também fortalecer sua consciência de classe e suas lutas por justiça social. A LEdoC nasce como uma crítica ao modelo tradicional de educação rural, oferecendo uma formação voltada para as necessidades específicas dos povos do campo e reafirmando a luta pela permanência desses sujeitos na universidade (Batista & Silva, 2024). Essa abordagem é uma resposta à conjuntura de governos que destinaram altos investimentos à agricultura empresarial, evidenciando a necessidade de uma análise crítica dos desafios impostos à Educação do Campo (Silva et al., 2023).

A relação entre o neoliberalismo e a LEdoC é marcada pela disputa hegemônica por um modelo de educação mais inclusivo e igualitário. A visão neoliberal, ao reduzir os direitos sociais e atacar a participação do Estado na garantia de políticas públicas, enfraquece a possibilidade de uma educação que efetivamente atenda às necessidades da classe trabalhadora. Negrão (2004) e Laurell (2008) apontam que o neoliberalismo enfraquece os instrumentos coletivos que antes viabilizavam uma certa distribuição de recursos e direitos. Esse enfraquecimento se reflete diretamente na educação, com cortes orçamentários e a privatização de serviços, o que dificulta o acesso dos camponeses à educação superior.

Em um cenário em que o Estado se afasta das questões sociais e enfraquece políticas públicas voltadas para a educação, as populações camponesas se veem obrigadas a lutar por um espaço na universidade, como forma de resistir à marginalização e à exclusão social. Essas políticas favorecem uma educação voltada para a qualificação do indivíduo para o mercado de trabalho, sem considerar as especificidades da educação do campo e sem oferecer condições para que os camponeses possam permanecer na universidade.

A gestão pública da educação, historicamente marcada por um processo de exclusão, precisa ser repensada para garantir a permanência de povos do campo nas universidades, uma vez que as políticas neoliberais não conseguem atender a essa demanda. Segundo Arroyo, o desmonte do Estado Democrático de Direitos expôs as fragilidades da democracia brasileira, tornando as políticas educacionais cada vez mais limitadas. Ele enfatiza que a fraqueza histórica de nossa democracia foi submetida às forças do mercado e do capital, fragilizando os ideais democráticos e inclusivos na gestão da educação pública popular (Arroyo, 2023). Para o neoliberalismo, a educação deixa de ser um direito universal e passa a ser vista como uma mercadoria que deve ser ofertada de acordo com as demandas do mercado. Os movimentos sociais sempre resistiram a esse paradigma segregador de direitos (Arroyo, 2023).

A LEdoC, portanto, surge como um instrumento de resistência pedagógica, onde a luta pela educação dos camponeses vai além do simples acesso ao ensino superior. Ela propõe um modelo de formação que busca romper com a lógica capitalista de educação, promovendo uma educação crítica, voltada para as necessidades do campo e, ao mesmo tempo, desafiando o paradigma neoliberal que entende a educação como um bem de consumo (Silva et al., 2023). Mészáros reforça essa ideia ao afirmar que “romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente” (Mészáros, 2007, p. 47). A formação dos discentes da LEdoC, como observam Batista e Silva (2024), traz consigo as marcas das negações e lutas enfrentadas pelos camponeses, que atravessam um longo processo

de exclusão e resistência para garantir seu direito à educação. Essa luta pelo acesso e permanência no ensino superior tem sido um território educativo estratégico (Silva et al., 2023).

O neoliberalismo, ao enfraquecer as políticas públicas e adotar uma perspectiva individualista, não consegue atender às necessidades da população camponesa. Pelo contrário, ele acentua a exclusão social, tornando o acesso ao ensino superior cada vez mais difícil para esses grupos. Um exemplo claro dessa despolitização e desinstitucionalização foi a extinção da SECADI no governo de Jair Bolsonaro, que Taffarel e Carvalho (2019) apontam como um retrocesso nos direitos educacionais e uma medida que visa destruir forças produtivas para assegurar a reprodução do capital.

A LEdoC, por sua vez, resiste a essa lógica, propondo um projeto de educação que leva em consideração as particularidades do campo e as lutas históricas dos camponeses. Esse enfrentamento é necessário para garantir que o direito à educação não seja submisso às regras de mercado, como ocorre sob o neoliberalismo. A educação do campo, portanto, deve ser compreendida como um processo de emancipação humana, no qual a consciência de classe desempenha um papel central (Silva et al., 2023). Nesse contexto, a LEdoC se apresenta como uma proposta que visa não apenas a inclusão social, mas a transformação da realidade educacional e, consequentemente, social, para as populações do campo. Gentili (1996, p.16) conclui que, apesar do pessimismo da inteligência diante da magnitude da ofensiva neoliberal, é preciso manter o otimismo da vontade para lutar contra um sistema de “exclusão social que quebra as bases de sustentação democrática do direito à educação como pré-requisito básico para a conquista da cidadania, uma cidadania plena que só pode ser concretizada numa sociedade radicalmente igualitária”.

RESULTADOS E DISCURSÃO

A Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) representa uma conquista significativa na luta por uma educação contextualizada e emancipatória para as populações rurais brasileiras, exercendo o seu papel como um projeto societário democrático. No Piauí, os cursos de LEdoC oferecidos em quatro campus: Teresina, Floriano, Picos e Bom Jesus, tem foco na formação de professores para atuar em escolas do campo, atendendo comunidades como agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados da reforma agrária, quilombolas, entre outros.

Entretanto, nos últimos anos, observa-se um desmonte progressivo das políticas públicas voltadas para a educação do campo, afetando diretamente a implementação e a

sustentabilidade dos cursos de LEdoC. Esse desmonte se manifesta por meio de cortes orçamentários, redução de programas de assistência estudantil e descontinuidade de convênios e contratos essenciais para a manutenção das atividades acadêmicas e de extensão. Trata-se de uma discussão complexa que perpassa a relação entre direito, políticas educacionais, acesso, qualidade, gestão e financiamento, segundo Dourado, Marques e Silva (2015).

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), fruto de uma intensa luta pela Reforma Agrária e por Educação, vinha atuando, sob pressão de movimentos de luta social do e no campo, pressão das universidades e institutos federais, para assegurar o direito à educação com qualidade e equidade, tendo políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão social. Entretanto, através do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, foi extinta a SECADI. Com este decreto, houve um retrocesso no campo dos direitos educacionais e mostra-se como uma medida que vai na contramão do reconhecimento da diversidade, da promoção da equidade e do fortalecimento da inclusão no processo educativo (Taffarel e Carvalho, 2019).

Para o seu funcionamento, as LEdoC de Teresina, Bom Jesus, Picos e Floriano possuíam financiamento mediante a celebração de Convênios e Contratos, entre a UFPI e a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino e Extensão - FADEX, objetivando a execução das ações do Projeto de Ensino do - PROCAMPO.

A FADEX tem como atribuições e obrigações a gestão administrativa e financeira dos projetos das LEdoCs. Nos contratos se estabelece como responsabilidade da FADEX, aplicar os recursos financeiros recebidos da UFPI, exclusivamente na execução das ações previstas, comprovando o bom e regular emprego dos recursos captados, bem como dos resultados alcançados além de atuar em conjunto com a UFPI no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das atividades previstas no contrato. Assim, o Financiamento adequado e boa gestão educacional, são imprescindíveis e interdependentes para a materialização de boas políticas públicas de educação (Cara, 2009).

Os contratos das LEdoCs, são acompanhados dos planos de trabalhos, e neles, estão previstos a utilização dos recursos financeiros, distribuído em materiais de consumo; outros serviços de terceiros (pessoas jurídicas) para locação de veículos, serviços gráficos, entre outros; além de auxílio financeiro aos estudantes, com bolsas e recursos para a participação em atividades acadêmicas e deslocamento para TU.

Como estabelecido nos contratos e conforme previsto no Artigo 67 da Lei 8.666/93, que regulamenta as licitações e contratos da Administração Pública, a fiscalização, acompanhamento, apoio e orientação na execução do contrato ficaram a cargo das Pró-Reitorias

de Ensino de Graduação (PREG) e de Ensino de Pós-Graduação (PRPG), da UFPI. Ainda sobre a análise dos contratos, a FADEX, gestora dos recursos financeiros, obriga-se a apresentação da prestação de contas final após encerramento da vigência do Contrato, com prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do encerramento. Devendo apresentar, plano de trabalho, extrato de conta bancária, faturas, notas fiscais, comprovatórios das despesas efetuadas, recibos emitidos em nome da FADEX, com identificação do número do Contrato ou aditivo.

Os quatro contratos iniciados no ano de 2015, possuíam vigência de 12 meses, no entanto, puderam ser prorrogados através de aditivos. Dessa forma, o período de execução dos contratos de Picos, Bom Jesus e Floriano ocorreram de 30/10/2015 a 30/10/2022 e de Teresina 09/10/2016 a 09/10/2021 não havendo mais a renovação dos contratos.

Dessa forma, sem os convênios da UFPI e FADEX, as LEdoC, pensadas para combater as desigualdades educacionais nas escolas do campo, ficam sem financiamento adequado, forçando as instituições a manterem os cursos por meio de remanejamento interno de recursos, o que pode gerar sobrecarga e instabilidade. Repercutindo negativamente em diversos aspectos dos cursos e no auxílio aos discentes, pois assim como a oferta de vagas, é necessário também possibilitar a permanência desses alunos nos cursos de graduação. Para Dourado, Marques e Silva (2015), a despeito dos avanços relativos à garantia da educação como um direito social, temos uma estrutura educativa desigual e assimétrica.

Vale ressaltar, que há uma disputa pelo espaço do campo, pelas esferas capitalistas, e que a desestruturação financeira da LEdoC compromete, de certa forma, os cursos de licenciatura do campo, como incide também na realidade das escolas camponesas, diante da necessidade de profissionais qualificados para atuar nesses espaços e a garantia de direitos dessa população e do saber contra hegemônico. Além de resultar na descaracterização dos princípios fundantes do curso e o crescente desinteresse das comunidades camponesas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, discutimos as consequências da desestruturação financeira do PROCAMPO, destacando como a interrupção dos contratos e a ausência de continuidade no financiamento comprometem o ingresso de novas turmas, além de afetarem as condições materiais e pedagógicas indispensáveis para garantir a permanência dos estudantes e a execução qualificada da pedagogia da alternância.

A educação do campo representa uma conquista histórica dos movimentos sociais rurais, que sempre reivindicaram políticas públicas voltadas às suas especificidades. As

Licenciaturas em Educação do Campo (LEdoC) foram concebidas justamente para formar profissionais comprometidos com as realidades, saberes e necessidades das comunidades camponesas, fortalecendo a educação do campo como direito e estratégia de justiça social. Entretanto, o avanço de políticas neoliberais, pautadas por cortes orçamentários e pela retração do papel social do Estado, tem provocado o desmonte dessas licenciaturas, afetando diretamente as universidades que as oferecem e aprofundando as desigualdades entre o campo e a cidade.

A ausência de uma formação docente voltada para as particularidades do meio rural contribui para marginalizar ainda mais essas populações, ao mesmo tempo em que fragiliza as lutas contra-hegemônicas que buscam construir uma sociedade mais justa e plural. Esse quadro revela o processo de reconfiguração neoliberal do Estado brasileiro, que coloca os interesses do mercado e do capital financeiro acima dos direitos sociais.

A desestruturação das LEdoCs reforça a lógica urbanocêntrica e capitalista, restringindo o acesso dos estudantes do campo ao ensino superior, fenômeno intensificado pelo fechamento de escolas do campo e pela baixa procura por cursos de licenciatura destinados ao campo. Defender a continuidade das LEdoCs implica não apenas garantir recursos financeiros, mas sobretudo reconhecer sua importância enquanto política pública que articula justiça social, direito à diferença e democracia.

Nesse sentido, a LEdoC emerge como uma resposta contra-hegemônica frente aos impactos do neoliberalismo na educação, pois busca assegurar aos camponeses uma formação que respeite suas especificidades e promova sua emancipação. Mais do que inclusão social, a proposta da LEdoC visa transformar as condições educacionais e, por consequência, as próprias realidades sociais vividas pelas populações do campo, reafirmando que o direito à educação não deve estar subordinado às lógicas de mercado.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Reconstruir o estado de direitos. Reinventar outra gestão do direito à outra educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.]*, v. 39, n. 1, 2023. DOI: 10.21573/vol39n12023.134291. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/134291>. Acesso em: 14 mai. 2025.

BATISTA, O. A., & Silva, M. do S. P. da .. (2024). Os camponeses na universidade: entre a realidade do ensino básico no campo e a luta pela permanência no ensino superior. *Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (campinas)*, 29, e 024009. <https://doi.org/10.1590/1982-57652024v29id276830>. Acesso em: 14 jun.2025.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. (Orgs.). Educação do campo: identidade e políticas públicas. Brasília: INEP, 2002. p. 18-25. ISBN 85-86260-38-X.

CALDART, R. S. et al. (org.). **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013

CALDART, R. S. **Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual**. Mimeo. 2015

CARA, Daniel; REIS FILHO, Horácio Francisco dos; OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de. Financiamento e gestão: impasses e perspectivas. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 3, n. 4, p. 11-21, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 14 jun.2025.

COPESE/UFPI.LEDOC 2025-02. Teresina, PI: Universidade Federal do Piauí. Disponível em: <https://copese.ufpi.br/copese2/materiais/index/mostrar/id/13893>. Acesso em: 14 jun.2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOURADO, L. F; MARQUES, L.R; SILVA, M. V. Políticas de financiamento no Brasil contemporâneo: a corrosão do Estado e o direito à educação. ¹ *Retratos da Escola*, Brasília, v. 15, n. 33, p. 663-688, set./dez. 2021. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em: 13 de maio de 2025.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T. da; GENTILI, P. (orgs). Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9-49. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/post/neoliberalismo-e-educacao-manual-do-usuario-2>. Acesso em: 13 de maio de 2025.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). Estado e Políticas Sociais no neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 2008.

MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOLINA, Monica Castagna. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. *Educar em Revista*, [S. l.], v. 31, n. 55, p. p. 145–166, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/39849>. Acesso em: 14 jun. 2025.

MOLINA, Mônica Castagna. Contribuições das licenciaturas em educação do campo para as políticas de formação de educadores. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 140, p. 587-609, jul./set. 2017. Disponível em: . Acesso em: 19 jun. 2025.

MOLINA M.C.; LIMA, R.B. A práxis dos egressos da LEDOC/UFPI/CPCE e as contribuições para o avanço da agroecologia nos territórios camponeses: The praxis of LEDOC/UFPI/CPCE graduates and contributions to the advancement of agroecology in peasant territories. *Revista Cocar*, [S. l.], n. 33, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9766>. Acesso em: 4 maio. 2025.

MOLINA, M. C. e ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Educação do campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores: reflexões sobre o Pronera e o Procampo. *Rev. Reflex* [online]. 2014, vol.22, n.2, pp.220-253. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/307797326>. Acesso em: 4 maio. 2025.

MOLINA, M. C. .; HAGE, S. A. M.; MARTINS, M. de F. A. .; PEREIRA, M. F. R. . LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DE PESQUISAS SOBRE A ATUAÇÃO DE SEUS EGRESSOS. *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 47, n. 2, p. 458–475, 2022. DOI: 10.5216/ia.v47i2.72097. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/72097>. Acesso em: 3 maio. 2025.

OLIVEIRA NEGRÃO, J. J. de. O governo FHC e o neoliberalismo. *Lutas Sociais*, [S. l.], n. 1, p. 103–112, 2004. DOI: 10.23925/ls.v0i1.18809. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18809>. Acesso em: 13 jun. 2025.

SILVA, et al. Consciência de classe e a luta contra-hegemônica dos camponeses pelo direito à educação do campo na universidade. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 11., 2023, São Luís. Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2023. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/anais.html>. Acesso em: 20 jun. 2025.

TAFFAREL, C. N. Z.; CARVALHO, M. S. A extinção da SECADI: um golpe fatal nas conquistas no campo da educação: . Cadernos do GPOSSHE On-line, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 84–90, 2019. DOI: 10.33241/cadernosdogposshe.v2i1.1523. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/article/view/1523>. Acesso em: 17 maio. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ; FUNDAÇÃO CULTURAL E DE FOMENTO À PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO. 4º aditivo do contrato nº 16/2015. Teresina,PI: 2015.